



ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS EM INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS: UMA ANÁLISE DA PASTORAL DA CRIANÇA NO BRASIL

RESOURCES ORIGIN AND APPLICATION IN INSTITUTIONS WITHOUT PROFITS: AN ANALYSIS OF CHILDREN'S PASTORAL IN BRAZIL

ORIGEN Y APLICACIÓN DE LOS RECURSOS EN INSTITUCIONES SIN FINES LUCRATIVOS: UN ANÁLISIS DE LA PASTORAL DEL NIÑO EN BRASIL

Christiane Souto Santiago dos Santos

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Rua Dirceu Giordani, 696 - Bairro Jardim Tarumã – Xanxerê –
Santa Catarina - CEP 89820-000
E-mail: christianesouto@outlook.com

David Rodrigo Petry

Doutorando em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Rua Cel Passos Maia, 919 – Apto 2 - Centro - Xanxerê - SC - CEP 89820-000
E-mail: david.petry@unoesc.edu.br

Jorge Carlos Paludo

Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Rua Dirceu Giordani, 696 - Bairro Jardim Tarumã - Xanxerê - SC - CEP 89820-000
E-mail: jorge.paludo@unoesc.edu.br

Betania De Marco

Pós-graduada em Consultoria e Auditoria de Gestão pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)
Rua Dirceu Giordani, 696 - Bairro Jardim Tarumã - Xanxerê - SC - CEP 89820-000
E-mail: betania.demarco@unoesc.edu.br

RESUMO

A Pastoral da Criança é uma organização que desenvolve ações básicas de cuidado com a saúde e a educação. Para seu desenvolvimento econômico, a entidade conta com o auxílio financeiro por meio de convênios com o primeiro setor e algumas empresas pertencentes ao segundo setor, meios estes encontrados para auxiliar a população, na geração de mais saúde e educação. Diante disto, este trabalho objetivou analisar aspectos relativos às origens e aplicações dos recursos da Pastoral da Criança no Brasil, a partir do Relatório de Auditoria de 2015. A pesquisa, predominantemente qualitativa e com delineamento do estudo de caso,

Recebido em 12.01.2017. Recomendado para publicação em 14.07.2017. Publicado em 18.08.2017



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

contou com a aplicação de um questionário com perguntas estruturadas e a realização de um grupo focal. Com os resultados foi possível evidenciar que os recursos financeiros recebidos dos setores público e privado são insuficientes para a realização das atividades mensais, e para que possam manter-se, contam com o auxílio das comunidades onde estão inseridas. A prestação de contas ocorre mensalmente, o que permite o acompanhamento do desenvolvimento das atividades com os voluntários em assistência social, saúde e educação.

Palavras-chave: Pastoral da criança. Origem e aplicação de recursos. Desenvolvimento econômico. Voluntariado.

ABSTRACT

The Children's Pastoral is an organization that develops basic actions of care for health and education. For economic development, the entity has the financial support through agreements with the first sector and some companies belonging to the second sector means they found to assist the population in the generation of better health and education. In view of this, this study aimed to analyze aspects related to the origins and applications of the Pastoral resources in Brazil, from the Audit Report 2015. The survey, predominantly qualitative and design of case study involved the application of a questionnaire with structured questions and conducting a focus group. The results made it possible to show that the funds received from the public and private sectors are insufficient to carry out the monthly activities, and so they can keep up, rely on the help of the communities where they operate. Accountability occurs monthly, which allows the monitoring of the development of activities with volunteers in social welfare, health and education.

Keywords: Children's Pastoral; Origin and resource application; Economic development; Volunteering.

RESUMEN

La Pastoral Infantil es una organización que desarrolla acciones básicas de atención a la salud y educación. Para el desarrollo económico, la entidad cuenta con el apoyo financiero a través de acuerdos con el primer sector y algunas empresas pertenecientes al segundo sector significa que encontraron para ayudar a la población en la generación de una mejor salud y educación. En este sentido, el presente estudio tuvo como objetivo analizar aspectos relacionados con los orígenes y aplicaciones de los recursos pastorales en Brasil, a partir del Informe de Auditoría 2015. La encuesta, predominantemente cualitativa y de diseño de estudio de caso, incluyó la aplicación de un cuestionario con preguntas estructuradas y Dirigiendo un grupo focal. Los resultados permitieron demostrar que los fondos recibidos de los sectores público y privado son insuficientes para llevar a cabo las actividades mensuales, y para que puedan mantenerse al día, dependen de la ayuda de las comunidades donde operan. La rendición de cuentas se produce mensualmente, lo que permite el monitoreo del desarrollo de actividades con voluntarios en bienestar social, salud y educación.

Palabras clave: Ministerio de los niños; Origen y aplicación de recursos; Desarrollo económico; Trabajar como voluntario.

1 INTRODUÇÃO

Diversas lacunas podem ser evidenciadas no desenvolvimento da realidade socioeconômica brasileira. Paralelamente à estas lacunas existem entidades denominadas como Organizações Não Governamentais (ONGs), que compõem o Terceiro Setor. Estas

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

instituições não resolvem todos os problemas identificados nestas lacunas, no entanto, podem apresentar meios para solucioná-los. As lacunas sociais são ocasionadas pela ausência de atuação do primeiro setor, composto pelo Estado, e do segundo setor, composto pelo mercado, visto que estimulam a comercialização, porém, não resolvem a existência das lacunas.

Em razão destas lacunas socioeconômicas que justificou-se a criação da Pastoral da Criança. Pertencente à Igreja Católica, é uma entidade que em conjunto com a população, busca meios para solucionar problemas e lutar pelos direitos sociais.

A Pastoral da Criança é uma organização que permanece na busca de dignidade humana, tendo iniciado suas atividades em uma pequena cidade do Paraná (Florestópolis) e hoje tem presença nos vinte países mais pobres do mundo. Ações básicas de cuidado com a saúde e a educação fazem com que a Pastoral auxilie de certa forma no desenvolvimento do país.

Para seu desenvolvimento econômico, a entidade conta com o auxílio financeiro por meio de convênios com o primeiro setor e algumas empresas pertencentes ao segundo setor, meios estes encontrados para auxiliar a população, na geração de mais saúde e educação.

Diante dessa realidade, o estudo a ser realizado, envolve a sustentabilidade econômico-financeira da Pastoral da Criança no Brasil e as ações que são desenvolvidas por voluntários. Sua fundação data de 1983, e contou com a presença da Dra. Zilda Arns Neumann, que teve auxílio da Igreja Católica, e diante das ações realizadas, esta missão vem sendo assumida também por outras Igrejas Cristãs. O reconhecimento é visto não apenas pelas Igrejas, mas também pelos governos em suas três instâncias, bem como empresas e sociedade.

A pesquisa tem contexto social e aborda a constituição e organização da Pastoral da Criança, a origem dos recursos e a sua devida aplicação e ainda analisa se a entidade cumpre com as Normas Brasileiras de Contabilidade-Entidade sem Finalidade de Lucros (ITG 2002). Para isso, apoiou-se no relatório de auditoria de 2015, no relatório de atividades de 2015, em questionários, um grupo focal e a própria ITG 2002, a fim de identificar a aplicação dos recursos adquiridos para demonstrar a transparência de sua atuação.

Para tanto, a pesquisa teve como temática: verificar a sustentabilidade econômico-financeira da Pastoral da Criança no Brasil. E contou com o objetivo geral de identificar as origens e a aplicação dos recursos da Pastoral da Criança no Brasil. Para identificar as origens e a aplicação dos recursos, a investigação descreveu com objetivos específicos, quais sejam: caracterizar a organização e a constituição da Pastoral da Criança no Brasil; identificar as origens dos recursos da Pastoral da Criança no Brasil; demonstrar a aplicação dos recursos recebidos; analisar a aplicação dos recursos com questionário e grupo focal, e; analisar o atendimento as normativa ITG 2002.

Por fim, tendo presente a temática, os objetivos, e as ações desenvolvidas pela Pastoral da Criança com saúde, nutrição, educação e cidadania, sentiu-se a necessidade de responder ao problema: quais são as origens, e como são aplicados os recursos da Pastoral da Criança no Brasil.

A relevância deste estudo se justifica na utilização dos resultados pela gestão desta organização. O estudo pode propiciar novas pesquisas para a comunidade científica em diversas áreas. Já para a sociedade, o estudo faz com que o cunho socioeconômico seja mais uma vez reconhecido e assim possa garantir novas parcerias e bem como fortalecer as já existentes, e ainda cativar mais pessoas para o voluntariado.

O estudo foi organizado da seguinte forma: além desta introdução é apresentada a constituição da entidade, sua organização social e econômica, as origens dos recursos, bem

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

como a prestação de contas e a aplicação dos mesmos. Na sequência se apresenta o caso e a metodologia aplicada, ainda apresenta e analisa os dados, e por fim as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A constituição e a organização da Pastoral da Criança constam no Regimento Interno e também no Estatuto, documentos estes revisados e alterados quando necessário, na assembleia geral realizada anualmente.

De acordo com o Estatuto, em seu art. 2º, o objetivo da ação da Pastoral da Criança é o “desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015, p. 1). Sendo assim, esta entidade acompanha as famílias com crianças até seis anos garantindo o desenvolvimento integral, sem distinções ou regras estabelecidas, podendo qualquer pessoa pertencer ao grupo da pastoral, serem acompanhados e receber orientações para seu desenvolvimento humano, social, religioso e de saúde.

As finalidades legais e estatutárias são realizadas de acordo com as assembleias e os conselhos formados, todos exercendo suas atividades livremente, sem vínculo empregatício e remuneração, caracterizando-se como trabalho voluntário.

2.1 ASSEMBLEIA GERAL E COORDENAÇÕES

Na assembleia geral anual, são avaliadas as atividades, os relatórios financeiros, escolhida a Coordenação Nacional e também nomeados os Conselhos Diretor, Econômico, Representantes dos Beneficiários e Agentes Voluntários.

A Coordenação Nacional tem a responsabilidade pela administração financeira da Pastoral da Criança. Dando atenção às finanças, o Conselho Econômico se reúne no mínimo duas vezes ao ano para tomar decisões com auxílio de uma assessoria financeira e econômica. Além disso, o Conselho de Representantes dos Beneficiários e Agentes Voluntários é subdividido em quatro níveis: Comunitário, Ramo, Setor e Estadual, para o desenvolvimento das atividades.

A responsabilidade em forma hierárquica se inicia pela Comunidade, e se estende ao Ramo, Setor, Estado e País. Cada uma dessas instâncias tem uma Coordenação e Conselhos para contribuir na estruturação e desenvolvimento das atividades. O tempo de permanência dessas coordenações está descrito no Regimento Interno.

Quadro 1 - Relação da Pastoral da Criança com Igreja e a República Federativa do Brasil

CNBB	Pastoral da Criança	República Federativa do Brasil
Regional da CNBB	→ Coordenação Estadual	Região
Sub-regional interdiocesano	Núcleo	Estado
Diocese	→ Coordenação de Setor	
Vicariato Região Episcopal Forania	Área	
Paróquia	→ Coordenação de Ramo	→ Município
	Comunidade	

Fonte: Pastoral da Criança (2016).

No Quadro 1 pode-se visualizar a relação da Pastoral da Criança com a Igreja, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a República Federativa do Brasil, onde cada coluna indica como é organizada e denominada a Pastoral.

Nenhum dos níveis citados em forma de Coordenações possui personalidade jurídica nem patrimônio próprio, e cada uma delas possui um tempo predeterminado para coordenar e um espaço geográfico delimitado sobre sua responsabilidade.

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

Ainda tratando sobre a responsabilidade das coordenações, salienta-se que na assembleia geral anual de 2015 aprovou-se uma ementa onde ficou definido que o Coordenador de Estado pode permanecer quatro anos com uma reeleição, o Coordenador de Setor três anos com uma reeleição, conforme a alteração do Regimento Interno, realizada na XXI assembleia geral em 2015, e o Coordenador de Ramo dois anos com duas reeleições.

2.2 CONSELHOS

De acordo com o Estatuto da Pastoral da Criança, existem os Conselhos Econômicos, Fiscal, e de Representantes dos Beneficiários e Agentes Voluntários. Todos contribuem para que exista transparência financeira e econômica.

O Conselho Econômico tem em sua organização o Presidente do Conselho Diretor e no mínimo três peritos.. Estes podem ser de direito civil ou econômico. O Conselho Fiscal é eleito pela assembleia geral e fica composto por três titulares e três suplentes. O Conselho de Representantes dos Beneficiários e Agentes Voluntários é organizado nos níveis Comunidade, Ramo, Setor e Estado. E os Coordenadores de cada um são escolhidos conforme o Regimento. No Estado o Coordenador deve ser ratificado pelo bispo do local do Coordenador.

Estes conselhos devem seguir as regras preestabelecidas para seu cargo, e por este motivo a Pastoral da Criança observa alguns princípios, dentre os quais cita-se: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência. O conselho adota ainda práticas de gestão necessárias para restringir a obtenção de vantagens pessoais, prestando contas de acordo com a legislação contábil nacional, publicando seu exercício realizado, e realizando auditoria externa independente.

Para bem executar as práticas de gestão, a Pastoral da Criança conta com um organograma, conforme apresentado na figura 1.

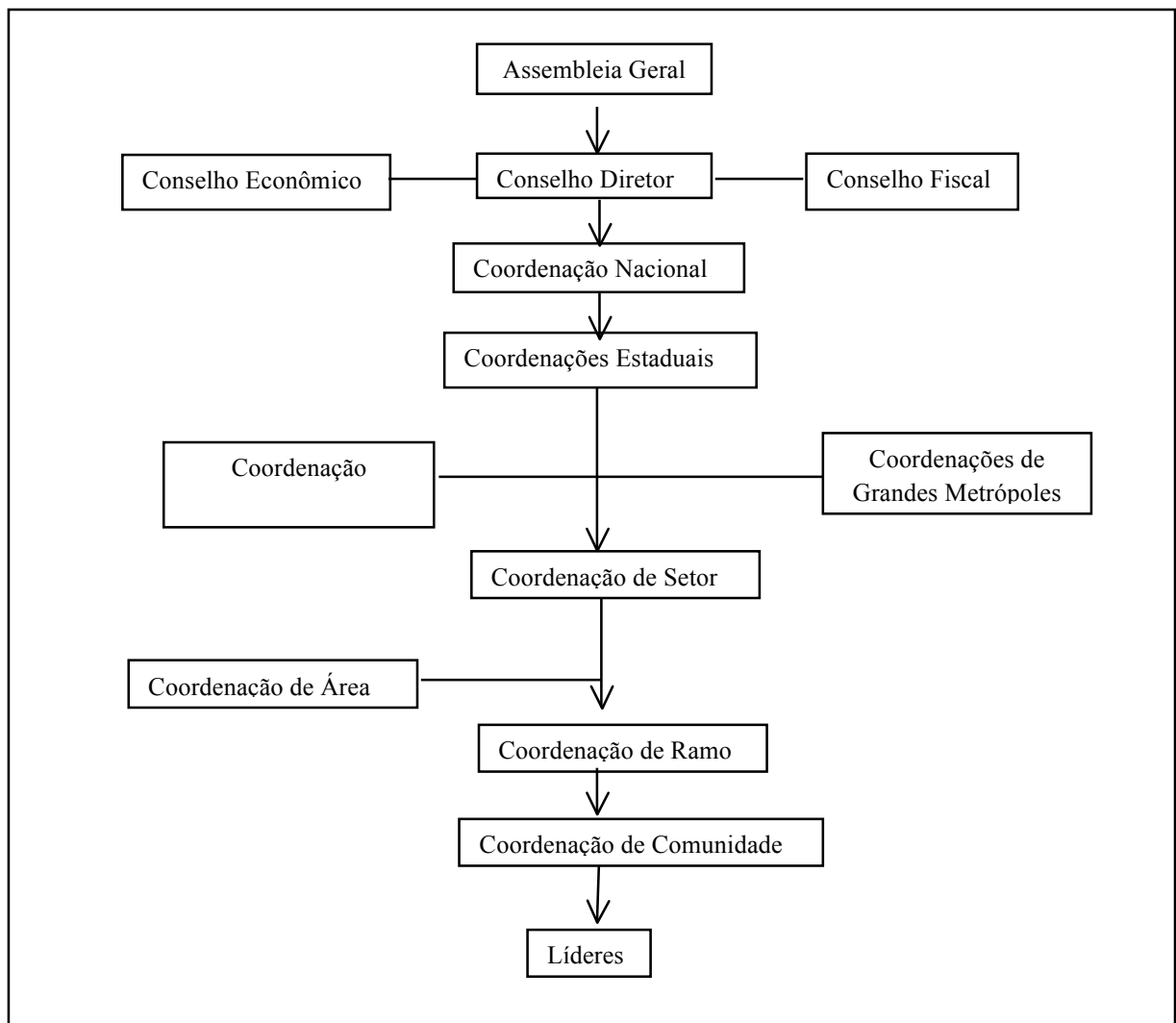
Com a visualização do organograma, compreende-se a organização da entidade com sua assembleia geral que compreende os conselhos e são seguidos pelas coordenações até chegar às líderes, onde todo trabalho desenvolve-se junto às famílias.

O Estatuto trata ainda sobre o Patrimônio, a Gestão Administrativa e Disposições Gerais. O Patrimônio é composto de fontes de recursos, podendo assim ser consideradas todas as contribuições de terceiros, auxílios vindos de convênios e acordos, subvenções, bens, títulos, rendas, doações e multas.

Todo recurso financeiro é aplicado integralmente no Brasil. De acordo com o Art. 41 do Estatuto, podem ser “receitas, rendas, rendimentos, o eventual resultado operacional e o saldo eventualmente havido nos exercícios financeiros, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais” (PASTORAL DA CRIANÇA 2015, p. 8).

Em casos de má administração do patrimônio, os responsáveis serão afastados e devem ressarcir os danos causados, além de responder por sanção penal. São observadas as normas do Direito Civil, as do Direito Canônico Universal e Brasileiro para correta administração dos bens patrimoniais. As associadas não possuem direito algum sobre o patrimônio da Pastoral da Criança.

Figura 1- Organograma da Pastoral da Criança



Fonte: Pastoral da Criança (2016).

Em caso de dissolução, serão escolhidas três pessoas para serem as liquidantes, ou seja, irão proceder com a liquidação legal. Elas estabelecerão o roteiro e poderão ser substituídos caso houver fraude. Concluída a liquidação, os liquidantes dirigem-se ao referendo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para que se decida a destinação do patrimônio remanescente.

2.3 ORIGEM E REPASSE DOS RECURSOS

No ano 2015, os parceiros que contribuíram com recursos financeiros para desenvolver as atividades fins da Pastoral da Criança foram pessoas físicas usuárias das Companhias de Energia Elétrica, o Ministério da Saúde, Estados, banco HSBC, Fundação VALE, UNILEVER Brasil, Associação Evangelizar, Movimento Pró Criança do Estado do Pernambuco, e a empresa GERDAU Aços. Foram recebidas doações dos Ramos, Setores, Núcleos e Estados.

O repasse financeiro acontece pela forma hierárquica da organização, e a prestação de contas também, mas de forma reversa. E o recurso financeiro é nomeado de formas diferentes,

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

como por exemplo, há três recursos eventuais: o recurso flexível, o recurso referente ao pagamento da Folha de Acompanhamento do Conselho Municipal de Saúde (FACS)- e o Recurso específico para capacitação de líderes, também chamado de Apoio Financeiro para Líderes (AFL). O recurso flexível é qualquer valor arrecadado na Comunidade. Estes valores devem ser contabilizados para conhecimento das Coordenações. O Recurso referente ao pagamento das FACS é um apoio financeiro que cobre os gastos das atividades realizadas pelo articulador de saúde. E por fim, o recurso específico para capacitação de líderes ou AFL é um capital de giro que a Pastoral tem para realizar a capacitação de líderes, coordenadores comunitários e brinquedistas.

O repasse acontece também com o recurso fixo mensal, chamado de Apoio Financeiro Mensal (AFM). Ele é calculado através da Folha de Acompanhamento das Ações Básicas de Saúde (FABS). Há um prazo datado para que o fluxo aconteça constantemente. Todas as informações digitadas são acolhidas pela Coordenação Nacional que se reúne no início de cada mês e faz o cálculo para enviar o AFM.

Para calcular o AFM são somados o total das crianças visitadas com as crianças pesadas, divide-se por dois e somam-se ainda as gestantes. O valor encontrado é multiplicado pelo valor por acompanhamento. Além disso, foi decidido na assembleia geral (PASTORAL DA CRIANÇA, 2005) que deve ser acrescentado um valor adicional conforme o índice de pobreza de cada município, de acordo com a disponibilidade de recursos, conforme a seguinte equação:

$$\left[\frac{(\text{crianças visitadas} + \text{crianças pesadas})}{2} \right] * \text{Vlr. por acompanhamento} = \text{Apoio financeiro mensal}$$

O recurso financeiro enviado ao setor é dividido entre Setor, Áreas e Ramos. Assim, 30% do recurso é destinado para que os setores e as áreas utilizem com despesas administrativas e acompanhem os ramos. Os outros 70% devem ser usados nos ramos para desenvolverem as ações básicas de saúde, nutrição e educação nas comunidades.

Há três casos em que pode haver suspensão do AFM. O primeiro caso é quando houver atraso na prestação de contas à Coordenação do Setor. O segundo caso é quando o saldo do Coordenador de Ramo está alto, ou seja, a média dos últimos três meses repassados não diminuiu. Dessa forma, considera-se que não há necessidade de receber o AFM, pois, há caixa. E o terceiro caso é quando a Coordenação de Setor observar algo importante nas ações básicas.

Para utilizar o recurso financeiro, a Pastoral orienta que se deve realizar pesquisa de preços antes de qualquer aquisição, e ainda prestar conta de todo e qualquer gasto. Os gastos que forem acima de um salário mínimo devem ser realizados orçamentos.

A Pastoral da Criança apresenta no livro Missão do Coordenador, que o recurso financeiro é exclusivo: “para o acompanhamento e desenvolvimento das ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, calculado com base nas informações das FABS” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2009, p. 33). Dessa forma percebe-se que o recurso é enviado pelos dados obtidos das FABS e deve ser utilizado nas atividades próprias da entidade, junto às famílias e comunidades acompanhadas.

Observa-se que não devem ser utilizados recursos financeiros em ações que não tenham como foco as atividades da Pastoral. No entanto, para que não existam dúvidas, a Pastoral orienta que não são permitidas despesas (PASTORAL DA CRIANÇA, 2009) para consultas médicas, roupas, alimento para distribuir às famílias, empréstimos e pagamento de

infrações de trânsito. Além do que já foi citado, ainda não são permitidas despesas com o AFM: aquisição de equipamentos, máquinas, material educativo, camisetas, lembrancinhas, enfeites. Não se podem realizar despesas com carro, apenas com combustível.

2.4 A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COMUNIDADE, RAMO E ÁREA

As despesas e repasses que o ramo e sua equipe realizam, devem ter notas ou cupons fiscais, ou ainda o recibo da Pastoral, devendo ser enviado ao setor em um único Demonstrativo de Despesas. Este Demonstrativo deve ser assinado pelo coordenador do ramo e também por um conferente. Quando acontecem as capacitações, estes comprovantes fiscais ou recibos devem ser acompanhados de uma lista de presença dos participantes da capacitação. Orienta-se que se faça cópia da prestação de contas antes de enviá-la ao Setor.

A área também presta contas ao setor. A equipe de área pertence ao setor, e por isso sua prestação de contas fica junto ao setore segue para a Coordenação Nacional. A área também deve assinar o Recibo da Pastoral mediante recebimento de AFM para realização das atividades.

2.5 INTERPRETAÇÃO TÉCNICA GERAL (ITG) 2002

Caracterizada como uma entidade sem fins lucrativos, a Pastoral da Criança cumpre com a ITG 2002, seguindo seus estabelecimentos e procedimentos contábeis, e seu resultado positivo não é destinado para os detentores, sendo denominado por *superávit* ou *déficit*, dependendo de seu resultado. Desta forma, a constituição da Pastoral da Criança é de direito privado e se identifica por exercer atividades de assistência social, saúde e educação, assim é isenta de impostos e contribuições para qualquer instância.

Os registros contábeis são evidenciados como receitas e despesas, sendo de gratuidade ou não, *superávit* ou *déficit*, identifica ainda os tipos de atividade como assistência social, saúde e educação. Em contrapartida, a subvenção recebida está registrada no passivo. As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, e as doações e subvenções recebidas são reconhecidas na receita do resultado.

As doações, benefícios, convênios e outras contribuições são segregados nas demais contas da entidade, e constituem provisão com montante necessário para cobrir perdas eventuais. A doação expressa humanamente, se dá com trabalho voluntário. Todo trabalho voluntário é reconhecido pelo valor justo, ou seja, pelo valor real se a prestação do serviço ocorresse com desembolso financeiro.

Cumprindo mais uma vez com a ITG 2002 a entidade elabora as demonstrações solicitadas: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa. E informa que o *superávit* é incorporado ao Patrimônio Social. Todas as demonstrações são denominadas como a ITG 2002 orienta.

Dessa forma percebe-se que na demonstração do resultado os registros de gratuidade concedida e serviço voluntário obtido são apresentados juntamente com as notas explicativas conforme as atividades. No fluxo de caixa, as doações são classificadas de acordo com as atividades.

As demonstrações contábeis são complementadas com notas explicativas que contém: a realidade operacional da entidade, objetivos, natureza social e econômica; critérios de apuração para a receita e a despesa; subvenções recebidas, aplicação e responsabilidades dessas subvenções; recursos de aplicação restrita e suas responsabilidades, bem como recursos sujeitos a restrição ou vinculação com o doador; eventos posteriores à data do

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

exercício que tenha efeito sobre a situação financeira e os resultados futuros; identificação dos atendimentos com recursos próprios; toda e qualquer gratuidade praticada registrada de forma segregada, com o intuito de identificar as prestações de contas aos órgãos governamentais, caracterizando valores de benefícios, atendimentos e atendidos.

2.6 DEMONSTRAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Para demonstrar a aplicação dos recursos recebidos, conta-se com a transparência cultivada pela Pastoral. Essa transparência além de ser um valor cultivado, também se apresenta nas demonstrações contábeis que são divulgadas no site através de gráficos e de relatórios. Para tanto, utilizou-se o Relatório Anual 2015 e também o Relatório de Auditoria de 2015 elaborado pela empresa Siqueira & Associados Auditores Independentes.

O Relatório Anual 2015 apresenta que as informações financeiras e econômicas “compreendem o balanço patrimonial encerrado em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015). Além disso, se tem presente o custo mensal por criança, as fontes de recurso e ainda a situação de abrangência.

Siqueira & Associados informam nos relatórios que foram apresentados adequadamente os desempenhos das informações das mutações do patrimônio social, fluxo de caixa, aplicação dos recursos em gratuidade e das fontes econômicas até a data já acima mencionada. Informam ainda que “as demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em observância à Resolução CFC 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros em conformidade com as normas IFRS, naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015)

Conforme o relatório de auditoria, a Pastoral da Criança (2015) informa que há três tipos de provisão: Provisão para Convênio a Realizar, Provisão para Contingência a Realizar e Provisão para Contratos nos Setores. A Provisão para Convênio a Realizar correspondem às doações; a Provisão para Contingência a Realizar refere-se às notas e recibos dos setores e estados que não foram reembolsados pelo Ministério da Saúde; e a Provisão para contingência a realizar e provisão para contratos nos setores servem basicamente como uma poupança, em casos de falta de repasse de doadores e convênios. As últimas aquisições de material educativo registrados no inventário correspondem aos estoques. Já as mercadorias e os bens recebidos como doação são contabilizados valores de notas fiscais emitidas pelos doadores.

Foram realizadas aplicações para os Setores e os Estados. O valor é utilizado nas atividades da Pastoral, e também são valores pendentes a serem enviados devido a conclusão de mandatos das coordenações. Dessa forma, conforme os valores são enviados, vão também sendo baixados na contabilidade.

Tendo presente esta constituição do Patrimônio Social, sabe-se ainda que há subdivisões nele. Mesmo assim, o Patrimônio Próprio corresponde ao ativo permanente e as Reservas asseguram a estabilidade financeira e está subdividida em Fundo Patrimonial, Fundo de Contingência, Reserva Técnica e Outras Reservas.

2.7 APLICAÇÃO EM GRATUIDADE

A Pastoral da Criança (2015) no relatório de auditoria informa ainda que os recursos são aplicados em gratuidade cumprindo com a Lei nº 12.101, de 27/11/2009. A presente lei solicita que as entidades beneficentes devem prestar serviços relacionados com assistência social, saúde ou educação. Sendo assim, 76% das receitas recebidas são devidamente aplicadas como a Lei solicita em serviços prestados, tendo presente ainda que os serviços da Pastoral da Criança são prestados gratuitamente pelos voluntários.

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

Os serviços prestados tem dimensão de valor não monetário, ou seja, o total que seria disponibilizado se o serviço não fosse prestado voluntariamente. Parafraseando Tachizawa (2007), é importante contar com pessoal voluntário em uma entidade, bem como para reduzir custos, firmar parcerias com organizações para execução das atividades. E ainda ter estratégias financeiras com fontes governamentais, não governamentais, pessoas físicas ou jurídicas (TACHIZAWA, 2007; PACHECO; MACAGNAN; SIEBERT, 2016). Tendo presente esta expressão, percebe-se que a Pastoral da Criança tem um valor não monetário que pode ser considerado como uma contrapartida dos voluntários diante da missão realizada.

De acordo com Siqueira & Associados, o valor a ser pago seria grande caso fosse necessário o pagamento para “101.938 líderes, 7.124 equipes de coordenação e 83.708 equipes de apoio comunitárias” (PASTORAL DA CRIANÇA, 2015, p. 18). O trabalho executado por todas estas lideranças é mensal: visita domiciliar, celebração da vida e reunião de avaliação e reflexão.

Tendo o trabalho realizado por voluntários e também sua receita aplicada em gratuidade, a Pastoral da Criança não precisa recolher impostos sobre o superávit do exercício realizado e também não distribui nada para seus parceiros e mantenedores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa identificou quais são as origens e as aplicações dos recursos da Pastoral da Criança no Brasil. Primeiramente pesquisou-se a constituição da entidade e sua organização por meio de fontes bibliográficas e relatórios. Depois, a origem dos recursos financeiros e ainda como foi realizada a aplicação deles nas atividades no ano de 2015.

A metodologia utilizada foi de pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque se analisou as demonstrações financeiras do ano 2015. E descritiva porque se analisou bibliografias e outros documentos.

Assim, pesquisou-se o contexto econômico da Pastoral da Criança com um estudo de caso, pois, “o estudo de caso é usado, em muitas situações, para contribuir no conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (Yin, 2010, p. 24).

A delimitação da pesquisa aconteceu com três fontes de dados: demonstrações financeiras, questionário e grupo focal. A primeira fonte de dados foram as origens e a aplicação dos recursos da Pastoral da Criança no Brasil, com base nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de setembro de 2015, que compreende o período de um ano.

A segunda fonte de dados foi o envio de setenta e sete questionários individuais no período de 01 de julho à 10 de agosto do ano 2016. Os questionários foram enviados para as coordenações estaduais, de setor e núcleos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O questionário aplicado teve questões fechadas com a possibilidade de assinalar uma única alternativa. O questionário foi intencional e estruturado, pois:

“pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.” (GIL, 1999, p. 128)

E na terceira amostra de dados, realizou-se um grupo focal no dia seis de julho de 2016 na cidade de Chapecó com a Coordenação de Setor, tendo presente a Coordenadora Estadual. O grupo focal “consiste na interação entre os participantes e o pesquisador e a coleta de dados, a partir da discussão com foco, em tópicos específicos e diretivos” (ASCHIDAMINI; SAUPE, 20XX, p. 2). O grupo focal contou com a participação de nove integrantes e teve como tempo de duração uma hora. Os dados foram coletados por meio de

gravação de áudio com a devida permissão dos integrantes do grupo, e posteriormente foi transcrito. A abordagem aconteceu de forma intencional semiestruturada, ou seja, determinou-se um critério de amostragem com foco no objetivo da pesquisa. Tal abordagem indica que “as entrevistas semiestruturadas têm uma estrutura e orientações gerais, mas permitem muita flexibilidade para incluir perguntas não estruturadas” (HAIR JR et al., 2006, p. 163). Por isso houve liberdade entre os participantes do grupo focal e o moderador permitindo a interação, atendendo aos objetivos e qualificando ainda mais a pesquisa.

Foi uma pesquisa qualitativa porque se realizou “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação” (OLIVEIRA; LEITE FILHO; RODRIGUES, 2007, p. 2). Uma pesquisa qualitativa necessita obter dados, dessa forma, foi realizada uma análise documental qualitativa por meio de um estudo de caso, as demonstrações contábeis do ano 2015, e o relatório de atividades do mesmo ano.

Além de qualitativa, esta é também uma pesquisa quantitativa porque tem “a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança quanto às inferências feitas” (BEUREN, 2006, p. 93). Ou seja, foi descrita a relação que existe entre o econômico-financeiro e as atividades identificando a porcentagem monetária aplicada nas atividades mensais realizadas.

Conclui-se que, tendo características qualitativas e quantitativas os dados foram interpretados com análise do conteúdo em forma descritiva e com estatísticas. A técnica de “análise de conteúdo se constitui num conjunto manifesto dos depoimentos dos entrevistados” (BARROS 2014, p. 96). Por meio do questionário e do grupo focal, foi possível ter a percepção de como é realizada a aplicação dos recursos e também caracterizar a opinião das pessoas envolvidas. Com o retorno dos questionários e o áudio transcrito elaborou-se análises quantitativas e qualitativas das informações.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com as demonstrações contábeis, o retorno dos questionários e a realização do grupo focal, foram realizadas análises entre as informações obtidas através da tabulação dos dados.

4.1 ANÁLISE DAS FONTES E APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Para identificar as origens e as aplicações dos recursos da Pastoral da Criança, foi utilizado o Relatório de Auditoria de 2015, para tanto, foram analisadas as demonstrações das Fontes Econômicas e das Aplicações de recursos em gratuidade. Observou-se que a moeda funcional é o Real, a entidade não tem fins lucrativos, é de natureza filantrópica e suas demonstrações estão adequadas à ITG 2002.

A demonstração das Fontes Econômicas é dividida em Recursos monetários e não monetários. Os Recursos não monetários correspondem a estimativa de quanto seria preciso investir em pagamento salarial das pessoas envolvidas, caso elas não realizassem seu trabalho de forma voluntária, o valor totaliza R\$ 154.905.529,83. Outro recurso contabilizado é a doação com locação da sede nacional cedido à Pastoral da Criança em regime de comodato pela Igreja Católica e pelo município de Curitiba-PR, no valor anual de R\$ 2.160.000,00.

Os Recursos monetários tiveram origem dos convênios com os setores público e privado. O setor público refere-se às parcerias com o Ministério da Saúde, Estados e Municípios. Pelos Estados e Municípios já haviam dois convênios assinados em 2013 que estavam sendo recebidos do Paraná e do Rio Grande do Sul. Em 2015 a Pastoral recebeu R\$ 400.000,00 destes convênios. E para completar, a Pastoral da Criança em seu Relatório de Auditoria, informa que no mês de setembro de 2015 foi assinado o convênio nº 817.116/2015 com o Ministério da Saúde para arrecadar R\$ 67.822.117,24 durante dois anos a serem

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

recebidos em quatro parcelas, sendo a primeira integralizada neste mesmo mês (PASTORAL DA CRIANÇA 2015). Na tabela 1 apresenta-se a Demonstração das Fontes Econômicas de 2015 comparativamente com 2014, bem como a representatividade em percentual em relação ao total de receitas.

Tabela 1 - Demonstração das Fontes Econômicas

FONTES ECONÔMICAS	2014	%	2015	%
Fontes econômicas				
Recursos não monetários	154.636.234,67	84,0%	157.065.529,83	77,3%
Voluntários	152.091.347,53	82,6%	154.905.529,83	76,2%
Líderes comunitários	115.350.812,95	62%	116.547.383,48	57,4%
Coordenações de Ramo, Setor, Núcleo e Estado	20.981.736,01	11,4%	22.407.358,66	11,0%
Equipes de apoio na comunidade	15.758.798,57	8,6%	15.950.787,69	7,8%
Doação com locação da sede nacional	2.160.000,00	1,2%	2.160.000,00	1,1%
Doação com locação da sede nacional	2.160.000,00	1,2%	2.160.000,00	1,1%
Em bens e mercadorias	384.887,14	0,2%	0,00	0,00%
Doações de bens e mercadorias	384.887,14	0,2%	0,00	0,00%
Recursos monetários	28.534.092,66	15,5%	45.238.060,41	22,4%
Convênios	26.141.610,38		45.238.060,41	
Setor público	17.339.668,00	9,4%	34.296.675,00	17,0%
Ministério da Saúde	16.941.675,00	9,2%	33.896.675,00	16,8%
Parcerias Estados/ Municípios	397.993,00	0,2%	400.000,00	0,2%
Setor privado	8.801.942,38	4,8%	7.850.014,48	3,9%
Doações usuários das Cias de Energia	2.312.315,63	1,3%	2.252.036,58	1,1%
HSBC Brasil S.A	2.539.137,06	1,4%	1.731.128,59	0,9%
Doações em nível nacional	911.921,50	0,5%	619.061,29	0,3%
Fundação VALE	847.500,00	0,5%	995.000,00	0,5%
Doações arrecadadas diretamente nos Ramos	686.441,91	0,4%	752.027,71	0,4%
UNILEVER Brasil	463.357,30	0,3%	616.515,00	0,3%
Doações- Coordenações de Setor e Estado	689.778,98	0,4%	659.575,31	0,3%
Associação EVANGELIZAR	213.240,00	0,1%	175.920,00	0,1%
GERDAU Aços	138.250,00	0,1%	48.750,00	0,0%
Outras receitas	2.392.482,28	1,3%	3.091.370,93	1,5%
Resultado Financeiro	2.392.482,28	1,3%	3.091.370,93	1,5%
Outras fontes de recursos	895.728,80	0,5%	908.422,65	0,4%
Associações de amigos	895.728,80		908.422,65	
ANAPAC-Assoc.Nac.Amigos Past. Criança	2.094,60	0,0%	7.348,80	0,0%
AAPAC-Assoc.Amigos Past. Criança (setores)	893.634,20	0,5%	901.073,85	0,4%
Fontes de recursos da Pastoral da Criança	184.066.056,13	100%	203.212.012,89	100%

Fonte: Pastoral da Criança (2015, p. 9).

O setor privado corresponde às empresas que contribuíram neste ano, com destaque às Companhias de Energia, Banco HSBC S.A, Doações em nível nacional, Fundação VALE, Doações arrecadadas nos Ramos, UNILEVER Brasil, Doações das Coordenações de Setor e Estado, Associação EVANGELIZAR e GERDAU AÇOS. Juntas, somaram um total de R\$ 7.850.014,48 em doações. E ainda contribuíram aos recursos monetários Outras receitas, que corresponderam ao valor das receitas financeiras menos as despesas financeiras. As receitas financeiras tem um total de R\$ 3.142.117,94 e as Despesas financeiras R\$ 50.747,01 sendo que este compreende os valores de despesas com IOF s/ aplicações financeiras, comissões e despesas bancárias, perda com variação cambial, multas e juros pagos, despesas com IR s/ aplicações financeiras. Dessa forma, as Outras receitas na demonstração totalizam R\$ 3.091.370,93 em 2015.

Por fim, a Pastoral ainda conta com valores monetários das associações vinculadas a ela. Denominam-se Associação Nacional de Amigos da Pastoral da Criança (ANAPAC) e a

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

Associação de Amigos da Pastoral da Criança (AAPAC), juntas totalizam na demonstração R\$ 908.422,65 e desenvolvem suas atividades em conjunto com a entidade pesquisada.

Percebe-se que é contabilizado o valor da doação dos Líderes Voluntários, das Coordenações em todas as suas instâncias. Mas no próprio Relatório de Auditoria a Pastoral da Criança afirma que são pessoas voluntárias que desenvolvem as atividades.

As companhias de energia contribuíram para suprir os custos básicos das comunidades que incentivaram a doação nas faturas de luz. O relatório de atividades apresenta que 80% dos proventos retornam à comunidade de onde se originou a doação.

Os valores evidenciados com os convênios assinados contribuíram nas capacitações de líderes e coordenações, aquisição de material próprio da Pastoral da Criança. E as associações que também somaram corresponderam ao Regimento Interno da pastoral no que se refere às atividades e metodologia.

As receitas anuais foram somadas ao resultado financeiro e à provisão de convênios a realizar, totalizando um montante de R\$ 34.673.627,31. Deste valor, 20% foram aplicados em gratuidade para cumprir com a Lei nº 12.101 que trata da assistência social, saúde e educação das entidades beneficentes. O valor totalizou R\$ 6.934.725,46 tendo presente que a predominância da atuação da entidade é para a área da saúde. Por fim, foram contabilizados R\$ 47.878,84 como isenção da contribuição do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) Patronal, terceiros e SAT.

Paralelamente às origens das Fontes Econômicas, são apresentadas na tabela 2 as aplicações dos recursos em gratuidade. Ou seja, todo valor recebido e que passou a ser revertido nas atividades da Pastoral da Criança.

As demonstrações destacaram ainda que as aplicações em saúde foram mescladas em assistência social e educação no que tange a metodologia das atividades mensais da Pastoral da Criança. A pastoral visitou mensalmente e fez orientação para as famílias no cuidado das crianças, fornecidos materiais de capacitação para essas líderes que foram até as famílias. Adquiriu-se balanças, livros, colheres de medida para o soro caseiro e outros materiais de uso contínuo dessas lideranças. Por não cobrar pelos atendimentos prestados, a Pastoral da Criança aplicou integralmente seus recursos em gratuidade.

Tabela 2 - Demonstração das aplicações dos recursos em gratuidade

Aplicações dos recursos em gratuidade	2014	2015
Receitas do ano	26.526.406,96	42.250.492,21
Resultado financeiro	2.392.482,28	3.091.370,93
Provisão de convênios a realizar	5.754.738,07	(19.219.617,66)
Receita disponível no exercício	34.673.627,31	26.122.245,48
Percentual para aplicação em Gratuidade (20%) da receita	6.934.725,46	5.224.449,10
Custos das aplicações em gratuidade		
Custo aplicado em saúde	27.005.861,59	19.758.798,78
Custo aplicado em assistência social	105.414,39	67.073,38
Custo aplicado em educação	5.810,00	-
Total das gratuidades oferecidas	27.117.085,98	19.825.875,16
% Das aplicações das receitas em Gratuidade no exercício	78%	76%
Demonstração das isenções de contribuições sociais		
Isenção da contribuição do INSS Patronal + terceiros + SAT	47.878,84	35.982,18
Total da isenção	47.878,84	35.982,18

Fonte: Pastoral da Criança (2015, p. 8).

Dessa aplicação financeira, o Relatório de Atividades a Pastoral da Criança informa que até o segundo trimestre de 2015 houve cadastro de 64.805 gestantes e 1.095.291 crianças até seis anos. Após o cadastro houve visita domiciliar, acompanhamento do aumento de peso,

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

atendimento no posto de saúde, desnutrição, obesidade, mortalidade e desenvolvimento integral.

Também foram aplicados valores no acompanhamento nutricional das crianças, realizadas capacitações em brinquedos e brincadeiras, alimentação e hortas caseiras, e articuladores junto ao Conselho Municipal de Saúde. Além das demonstrações contábeis, foram realizados questionários e um grupo focal para melhor contemplar a gestão das origens e aplicações dos recursos da entidade pesquisada.

Para compreender de forma prática como se dá a gestão da Pastoral da Criança em nível financeiro, foram ainda aplicados questionários aos voluntários e um grupo focal com Coordenadores de Setor.

Os respondentes têm seu perfil caracterizado na tabela 3 onde observou-se serem todos do sexo feminino. A tabela indica ainda a faixa etária, a quantidade de ocorrências e a escolaridade dos respondentes. Pode-se verificar que as pessoas que assumem as atividades em coordenações na Pastoral da Criança em geral, possuem idade acima de 25 anos. Em alguns casos, a pessoa assume mais responsabilidades e através das assembleias realizadas localmente, assume novas coordenações, ou seja, a pessoa vai subindo na escala hierárquica.

Tabela 3 – Faixa etária e escolaridade dos respondentes

Faixa Etária	Quantidade de citações	Escolaridade
De 26 à 40 anos	02	01 Ensino Superior completo 01 Pós graduação
De 41 à 50 anos	09	08 Ensino Médio ou inferior 01 Ensino Superior completo
Acima de 51 anos	16	04 Ensino Médio ou inferior 02 Ensino Superior incompleto 04 Ensino Superior completo 04 Pós graduação 02 Mestrado/ Doutorado

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

A escolaridade indica que para assumir uma coordenação é preciso conhecer o regimento da entidade e sua metodologia. O grau de instrução da coordenadora se dá não apenas pelo acesso ao ensino, mas por seu desejo em querer saber mais e também dedicar-se de uma forma cada vez melhor em sua missão pastoral.

As coordenadoras respondentes possuem seu trabalho desenvolvido voluntariamente ou recebendo remuneração. A tabela 4 indica o tipo de coordenação, ou seja, se é de ramo, setor, núcleo ou estado.

Tabela 4 - Tipo de coordenação

	Ramo	Setor	Núcleo	Estado
Voluntário	03	08	03	01
Remunerado	04	05	-	02

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Percebe-se pela tabela 4 que a maioria dos respondentes é de setor, voluntários e remunerados. Entretanto, nos Ramos a decisão em remunerar depende da realidade local. Com isso percebe-se uma igualdade entre remunerados e voluntários. Para os Núcleos houveram três ocorrências de voluntários. Ao final, há uma ocorrência à coordenação de Estado voluntária, mas o respondente indicou fazer parte do Conselho Fiscal do Estado.

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

As coordenadoras remuneradas são agentes liberadas para tal função nos ramos, que são também chamados de paróquias. A pessoa é liberada para exercer uma atividade remunerada. Esta identificação ocorreu no grupo focal por uma coordenadora quando ela diz: *“Eu sou uma agente liberada da paróquia São José Operário de Maravilha. E atuo no momento como coordenadora de ramo. Fizemos parte dessa coordenação. (...) Atuo há dezesseis anos já (...) na Pastoral da Criança” (Voluntário A, Informação verbal do Grupo Focal).*

Para desenvolver as atividades mensais, as coordenadoras contam com o recebimento de recursos financeiros comunitários e da coordenação nacional. Esses recursos são para uso exclusivo da realização das suas atividades. Para tanto, questionou-se sobre a arrecadação de recursos nas comunidades, e também sobre o recurso nacional. Com relação ao recurso nacional perguntou-se sobre o repasse mensal, se é suficiente e sua destinação é realizada para as atividades com FACS e capacitação de líderes. As respostas apresentam-se na tabela 5.

Tabela 5 – Recursos financeiros

Recursos financeiros	Não	Pouco	Com frequência
Existe arrecadação de recursos nas comunidades?	05	09	13
Recebimento do AFM	01*	01	25
O recurso mensal nacional é suficiente?	12	11	03
Recebimento do recurso das FACS	07	05	15
Recebimento do recurso para capacitação de líderes/AFL	02	06	19

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Nota. *A ocorrência negativa de recebimento do AFM corresponde à uma coordenadora de Núcleo.

Pela tabela 5 pode-se verificar que 50% dos respondentes afirmaram que é possível arrecadar recursos financeiros nas comunidades com frequência, os demais disseram ter pouco, e uma minoria disse não haver arrecadação local. O recurso financeiro das comunidades acontece monetariamente ou com materiais para a realização das atividades mensais. Os dados da tabela 5 vão ao encontro de uma ocorrência feita no grupo focal no que se refere ao recebimento de recursos nas comunidades quando alguém faz sua contribuição: *“(...) eles vêm e colocam pra gente assim: nós estamos realizando esta doação devido a transparência que o trabalho que a Pastoral da Criança tem, devido a transparência das prestações de conta, que tá sendo executado mensalmente pra quem quer que seja” (Voluntário A, Informação verbal do Grupo Focal).* Dessa forma percebeu-se que há contribuição nas comunidades, mas também há recebimento do AFM.

No que se refere ao recebimento do AFM, a maioria das coordenadoras afirmaram receber com frequência, o que ocorre mensalmente, de acordo com a prática da Pastoral da Criança. Um respondente disse receber pouco este recurso, e uma coordenadora disse não receber, no entanto, esta respondente é coordenadora de núcleo. Tendo em vista que o Núcleo depende do Estado, ela não recebe da coordenação nacional e sim da coordenação de Estado. Estando presente o AFM para as atividades desenvolvidas mensalmente, também há o acompanhamento da saúde pública com os valores recebidos para a FACS.

O recebimento do recurso para as FACS acontece onde tem líderes capacitadas para acompanhar a saúde pública local. No contexto da Pastoral da Criança, esta capacitação está sendo realizada com menos frequência que as demais, e por isso o recurso está sendo repassado de forma reduzida a esta atividade. No grupo focal questionou-se a frequência do recebimento do AFM, FACS e apoio para capacitação de líderes. Uma participante disse que *“É mensal o apoio financeiro, e pra acompanhamento de líderes vai de acordo com a*

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

necessidade” (Voluntário B, Informação verbal do Grupo Focal). Todo recebimento financeiro auxilia no desenvolvimento das atividades, mas não compreende sua totalidade.

Quanto o AFM ser suficiente ou não, no questionário todos convergiram não ser suficiente e precisam de recursos locais comunitários para suprir as necessidades. Pelo grupo focal, acredita-se que o trabalho só é realizado com qualidade, devido à contribuição mensal de outros voluntários: *“Ele não é suficiente, principalmente em ramos (...) a demanda é grande (...) por isso que nós temos pessoas que sabem do lindo trabalho que a Pastoral da Criança faz, e fazem sua doação mensal”* (Voluntário C, Informação verbal do Grupo Focal). O recurso financeiro precisaria ser maior para contemplar de melhor forma a capacitação de líderes também.

Para a capacitação de líderes, o repasse financeiro tem acontecido com maior frequência, mas há respondentes que afirmaram ter recebido pouco ou nenhum recurso para esta atividade. No entanto, para que o repasse aconteça efetivamente, é preciso que a coordenação realize um planejamento anual de suas atividades, principalmente as capacitações que deseja realizar, para que assim a coordenação Nacional possa se organizar e enviar o recurso em tempo favorável. Caso contrário, o recurso se efetiva alguns meses após a realização da capacitação. Dessa forma, as líderes precisam se organizar para que haja recursos para tal e posteriormente prestar contas.

Referente à prestação de contas, 25 respondentes afirmaram ter esse compromisso realizado com frequência mensal. Com isso verifica-se que o compromisso mensal é realizado com afinco. A realização da prestação de contas é mensal para todos os níveis de coordenação, porque é a partir das atividades do mês que o recurso financeiro é disponibilizado para o mês seguinte. No grupo focal houve uma ocorrência justificando como isso acontece: *“(...) a cópia da prestação de contas é corrigida e assinada pela coordenadora de ramo, pelo pároco... daí é tirado xerox e guardado tudo(...)”* (Voluntário B, Informação verbal do Grupo Focal).

A responsabilidade em prestar contas é grande, pois há parceiros que auxiliam a Pastoral da Criança financeiramente. Para tanto, além de receber esses recursos financeiros, perguntou-se sobre o conhecimento de quem foram os parceiros financeiros em 2015, e o acesso aos relatórios econômico-financeiros, de auditoria e de atividades, as respostas apresentam-se na tabela 6.

Tabela 6 - Acesso e conhecimento

Questionamento	Não	Pouco	Com frequência
Conhecimento de quem foram os parceiros financeiros em 2015	02	05	20
Acesso aos relatórios econômico-financeiros	06	05	16
Acesso ao relatório de auditoria 2015	09	05	13
Acesso ao relatório de atividades 2015	04	07	16

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Percebe-se pela tabela 6 que as coordenadoras têm conhecimento e acesso sobre grande maioria dos relatórios e também tem conhecimento sobre quem foram os parceiros financeiros em 2015. Observa-se que o relatório com menos acesso é o relatório de auditoria. Um motivo para que as coordenadoras tenham menor acesso aos relatórios é o tempo pessoal de leitura de cada uma. No grupo focal também houve afirmação de conhecimento de todos os parceiros financeiros. No entanto, no que se refere aos relatórios, o grupo não teve tanta expressão, e mencionaram que todos podem ser consultados no site da Pastoral da Criança a todos de interesse, voluntários e visitantes.

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

O voluntariado é a força que move o trabalho realizado pela Pastoral da Criança. Dessa forma, na tabela 7 identifica-se o conhecimento das coordenadoras sobre o número de voluntários e equipes de apoio que contribuem em seu Estado.

Tabela 7 - Voluntários e equipes de apoio

Voluntários	Não	Pouco	Com frequência
Você tem conhecimento de quantos voluntários e equipes de apoio contribuem em seu Estado?	09	08	10
Estado do Paraná	01	-	02
Estado de Santa Catarina	05	06	06
Estado do Rio Grande do Sul	03	02	02

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Observa-se pela tabela 7 que há um equilíbrio nas respostas sobre o conhecimento do total de voluntários nos Estados. O Estado que demonstrou por suas respostas ter maior conhecimento desse total é Santa Catarina. No grupo focal, uma participante citou o número exato de voluntários e equipes de apoio. São dados do último trimestre da diocese de Chapecó, ou seja, do Setor Chapecó, pertencente ao Estado de Santa Catarina: “(...) *nós temos hoje, na diocese como relatório 776 pessoas voluntárias, mais outros voluntários das comunidades, são 401 pessoas. Mais os 375 líderes que assinam os relatórios. Então todo esse volume de pessoas que atendem essas 3.505 crianças*” (Voluntário D, Informação verbal do Grupo Focal). Dessa forma, percebe-se o empenho da entidade como instituição por meio de seus voluntários no acompanhamento das crianças e suas famílias mensalmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar as origens e a aplicação dos recursos da Pastoral da Criança no Brasil. Para tanto, caracterizou-se a organização e sua constituição, identificou-se as origens e aplicações de recursos do ano 2015, analisou-se a aplicação dos recursos pela percepção dos respondentes com auxílio de um questionário e de um grupo focal, comparativamente às proposições estabelecidas na normativa ITG 2002.

Atendendo aos objetivos propostos, obteve-se resultados favoráveis quanto a identificação das origens e aplicações dos recursos financeiros com o auxílio do Relatório de Auditoria 2015. Identificou-se que as origens são oriundas de doações dos setores público e privado. Do setor público por intermédio do Ministério da Saúde, Estados e Municípios, e do setor privado pelas Companhias de Energia Elétrica, Banco HSBC, Fundação VALE, UNILEVER Brasil, Associação EVANGELIZAR, GERDAU AÇOS, doações em nível nacional, coordenações de setor e Estado, e ainda as associações como ANAPAC e AAPAC.

Referente à aplicação desses recursos, verificou-se que os valores estão caracterizados em trabalho voluntário, doação com a locação da sede nacional, capacitação de líderes e coordenações, material específico para o desenvolvimento das atividades em assistência social, saúde e educação.

A aplicação dos recursos analisada pelo questionário e grupo focal, obteve representação das coordenações da região sul do Brasil e apresentou as opiniões, interesses e situações vivenciadas. Percebeu-se que o AFM é recebido com frequência, mas em razão de não ser suficiente, é necessário arrecadar recursos nas comunidades. As coordenações confirmaram receber recursos financeiros para capacitações e FACS de acordo com seus planejamentos. De acordo com o questionário, as atividades são realizadas com afinco e a equipe voluntária é expressiva, inclusive na prestação de contas, em contra partida é baixo o acesso aos relatórios.

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

Convergindo com o questionário, o grupo focal demonstrou interação entre os participantes em suas vivências junto à entidade. Houve discussões abertas e com isso identificou-se certa complementariedade entre o questionário e o grupo focal. O que menos restou configurado neste contexto, foi a expressão com relação ao acesso aos relatórios contábeis. O grupo foi objetivo, e destacou que todas as informações neste sentido estão disponíveis no portal de transparência da entidade.

Evidenciou-se que a entidade atende à normativa ITG 2002 em todos os seus estabelecimentos e procedimentos, desde sua caracterização, atividades e aplicações. Quanto aos retornos com demonstrações e divulgação também atende, assim como sua transparência é objetiva.

O estudo apresenta algumas limitações, principalmente quanto às análises, devido a quantidade de respondentes do questionário, visto que o universo contemplado é razoavelmente grande, e para o qual foi enviado o questionário, o retorno foi restrito. Outra limitação encontrada restou evidenciada nas notas explicativas do Relatório de Auditoria de 2015 da instituição, visto que apresenta de forma pouco detalhada informações consideravelmente úteis para a análise de origem e aplicação de recursos da instituição.

Para novas pesquisas, sugere-se a contemplação de mais Estados para a aplicação de questionários e realização de grupos focais. A entidade pode investir na educação não apenas caracterizada como capacitação para os grupos de voluntários, mas expandir abrindo portas para o universo acadêmico, ou seja, permanecer aberta para que diversos cursos tenham acesso e possam caracterizar não apenas a administração e contabilidade, mas também a psicologia, filosofia, sociologia, enfermagem e tantos outros. Pode-se dessa forma questionar as lacunas socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

ARNS, Otília; **Zilda Arns**: a trajetória da médica missionária. Curitiba-PR: Editora e Livraria do Chain, 2010.

ASCHIDAMINI, Ione Maria; SAUPE, Rosita. **Grupo focal-estratégia metodológica qualitativa**: um ensaio teórico. Curitiba, 20XX.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação Técnica Geral 2002**-Entidade sem finalidade de lucros. 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HAIR JR, Joseph. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Origem e Aplicação dos Recursos em Instituições sem Fins Lucrativos: uma análise da Pastoral da Criança no Brasil

OLIVEIRA, Alysson André Régis de; LEITE FILHO, Carlos Alberto Pereira; RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz. **O processo de Construção dos Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa e suas Exigências Metodológicas**. Rio de Janeiro, 2007.

PACHECO, R.R.; MACAGNAN, C. B.; SEIBERT, R. M. Fatores explicativos do nível de evidenciação de informações de organizações do terceiro setor. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 72-93, maio/ago., 2016.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Cálculo para o Apoio Financeiro Mensal**. 2016

_____. **Demonstrações Contábeis em 30 de Setembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes**. Curitiba-PR, 2015.

_____. **Estatuto da Pastoral da Criança**. Curitiba-PR, 2015

_____. **Missão do coordenador da Pastoral da Criança**. Curitiba-PR: CDD 19. ed. 2009.

_____. **Organograma da Pastoral da Criança**. Curitiba-PR, 2016.

_____. **Relação da Pastoral da Criança com Igreja e a República Federativa do Brasil**. Curitiba-PR, 2016.

_____. **Relatório anual 2015**. Curitiba-PR, 2016.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.